



CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO BRASILEIRO PÓS 2008

Deise Regina da Silva Souza¹

Eduardo Souza Passini²

Jussara Maria Rosa Mendes³

Resumo: O presente estudo objetiva discutir a precarização do trabalho e do sistema de proteção social brasileiro no contexto do modo de produção capitalista em sua fase de acumulação flexível. Trata-se de uma revisão integrativa da produção científica brasileira acerca do trabalho, saúde do trabalhador e desigualdades sociais. A busca dos estudos ocorreu através de descritores pré-estabelecidos e combinados nas bases de dados SciELO, MEDLINE e LILACS, resultando na seleção de 135 artigos que atenderam aos critérios pré-definidos de elegibilidade. Os dados quantitativos foram submetidos à análise estatística simples e os dados qualitativos passaram por uma análise temática. De modo geral, as pesquisas revisadas reconhecem que o cenário da organização e condições de trabalho é caracterizado por elementos como a precarização, instabilidade, terceirização e elevada exposição a riscos e agravos ocupacionais atrelados à uma ausência da proteção social. Depreende-se que, ao mesmo tempo em que há uma intensificação da precarização do trabalho e das condições de vida da classe trabalhadora, ocasionadas pelo modo de produção capitalista em sua fase de acumulação flexível, há também um projeto societário em curso que promove o desmonte das políticas de proteção social.

Palavras-chave: Precarização do Trabalho. Proteção social. Contrarreforma do Estado.

1 INTRODUÇÃO

Na tradição marxiana, a categoria trabalho possui caráter central na história da humanidade, uma vez que é a partir do processo de trabalho que o ser humano se diferencia dos

¹ Graduanda em de Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista de iniciação científica do Núcleo de Estudo em Saúde e Trabalho - NEST/UFRGS. E-mail: deise_satte.souza@hotmail.com.

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em Psicologia pela Universidade Feevale.

³ Docente credenciada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia/ UFRGS, docente credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social e de Saúde Coletiva da UFRGS.



animais, considerando sua capacidade teleológica, ou seja, capacidade de prévia ideação, de planejar a ação a ser executada. Situando o estudo da categoria trabalho no contexto do modo de produção capitalista, no entanto, o que se observa é o oposto do processo de humanização do homem: a força de trabalho assume a forma mercadoria adquirindo valor de troca, expresso através do salário, que varia de acordo com a oferta e demanda, de modo que o trabalho passa a ser mediado por uma relação entre coisas (mercadorias). Esse cenário é resultado do processo de expropriação violenta – ou violência originária –, na qual o homem é separado dos meios e instrumentos de produção. Na medida em que o trabalhador não mais detém ou domina os meios de produção, há um processo de estranhamento não só do processo de trabalho, mas do produto do trabalho. Este processo é denominado de alienação do trabalho (MARX, 1985).

Compreende-se, portanto, que a discussão acerca do trabalho e seus condicionantes, no contexto da sociedade burguesa madura, se configura enquanto uma expressão concreta da questão social, entendida enquanto

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2001, p. 22).

Nesse sentido, é necessário fazer uma breve retomada histórica para que seja possível compreender a atual configuração do trabalho e o contexto de desmonte das políticas de proteção social, enquanto um projeto de classe cujo objetivo é a intensificação da acumulação do capital em detrimento das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. O capitalismo mundial, no final do século XX, passa por uma crise de produção – “crise de acumulação fordista” –, a qual torna necessário um processo de Reestruturação Produtiva, a fim de garantir a continuidade deste modo de produção, repercutindo em alterações nas configurações do trabalho, isto é, nas formas de organização, gestão e condições de trabalho. A Reestruturação Produtiva do capital, pautada no modo de produção toyotista, causa alterações também no modo de trabalho e vida da classe trabalhadora, que passa a ser regido pela flexibilização e precarização do trabalho, no contexto da financeirização e mundialização da economia (ALVES, 2007).



A atual configuração do trabalho no modo de produção capitalista pautado na acumulação flexível repercute no processo de precarização e flexibilização do trabalho, redução de postos de trabalho, aumento no ritmo da produção, aumento do desemprego e diminuição dos salários (MENDES e WÜNSH, 2011). É nesse cenário que se inicia o processo de contrarreforma do Estado no Brasil nos anos 1990, intensificado a partir de 2015, cujo objetivo é a redução progressiva de direitos a partir de ataques à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e à Constituição Federal de 1988, promovendo o desmonte da proteção social brasileira (LIMA, 2017). Compreende-se, assim, que o Estado desempenha um papel central na gestão dos negócios da burguesia financeira, a partir da perspectiva liberal que preconiza a flexibilização do trabalho, através de ataques às leis trabalhistas e sociais (ANTUNES e DUCK, 2015).

O sistema de proteção social emerge enquanto uma forma de responder às desigualdades sociais originadas pelo modo de produção capitalista, expresso através de mediações entre o Estado e as classes sociais por meio de políticas públicas (WÜNSH e MENDES, 2011). Nesse sentido, entende-se por proteção social o conjunto de ações que possui por objetivo proteger a sociedade das desigualdades sociais ocasionadas pelo modo de produção capitalista. No entanto, o que se observa é um cenário de precarização estrutural – ou seja, inerente ao atual modo de produção que condiciona a vida em sociedade – no qual as políticas de proteção social encontram-se fragilizadas e cada vez menos acessíveis à classe trabalhadora (WUNSCH, MENDES e MARTINS, 2017).

Nesse cenário, o que se observa é uma preocupação por parte do Estado para garantir a reprodução de uma classe trabalhadora precarizada que atenda aos interesses do Capital. Assim, o presente estudo objetiva discutir a precarização do trabalho e do sistema de proteção social brasileiro no contexto do modo de produção capitalista em sua fase de acumulação flexível.

2 MÉTODO

Este estudo apresenta resultados parciais de uma pesquisa internacional denominada “Precarização do trabalho, desigualdade social e saúde do trabalhador, no contexto sócio-



político do Brasil e da Espanha pós 2008”. Os dados aqui destacados são referentes ao grupo de trabalho brasileiro denominado “Revisão Integrativa”, que sistematizou o panorama da produção científica brasileira acerca do trabalho, saúde do trabalhador e desigualdades sociais, de acordo com a proposta metodológica de Ercole, Melo e Alcofreado (2014).

A coleta de dados foi realizada a partir da busca nas bases SciELO (Scientific Electronic Library Online), MEDLINE (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). A busca ocorreu através de descritores pré-estabelecidos e combinados pelo método *booleano*: ("trabalho" AND "precarização" OR "terceirização" OR "informalidade" OR "intermitente") AND ("saúde do trabalhador" AND "processo saúde-doença" OR "adoecimento" OR "agravos" OR "doença") AND ("seguridade" OR "desigualdade" OR "proteção"). Foram estabelecidos como critérios de inclusão: textos completos e de acesso aberto; publicados no período entre 2008 e 2019; estudos empíricos e teóricos; realizados no Brasil; e idiomas português, inglês ou espanhol. Como critérios de exclusão foram considerados: obras incompletas; publicadas fora do período estipulado; e estudos internacionais.

A busca e seleção dos artigos ocorreu no primeiro semestre de 2020 e de acordo com os critérios pré-definidos de elegibilidade, sendo dividida em duas etapas: i) Primeira etapa: que consistiu na leitura de títulos e resumos por três pesquisadores de forma independente, que posteriormente validaram suas escolhas através de consenso; e ii) Segunda etapa: em que a leitura completa das publicações foi realizada por dois pesquisadores da equipe.

Na base de dados Scielo foram encontrados 71 artigos, sendo que 14 foram excluídos na etapa de leitura dos títulos e resumos, e 14 a partir da leitura completa dos estudos. Na base de dados Medline, foram achadas 70 publicações, das quais sete eram duplicadas, 15 foram excluídas na primeira etapa e 19 na segunda. Na base Lilacs foram encontrados 182 artigos, dos quais 54 eram duplicados, 37 foram excluídos na primeira etapa e 28 na segunda. Assim, de modo geral, a partir da busca em base de dados, inicialmente foram achados 323 artigos, dos quais 61 eram duplicados, 66 foram excluídos na etapa de leitura dos títulos e resumos, e 61 a partir da leitura completa dos artigos, restando 135 estudos para análise.



As publicações selecionadas e consideradas aptas à análise foram sistematizadas em uma planilha com um conjunto de variáveis estruturadas, a fim de realizar a sua categorização metodológica. Após a sistematização dos achados, os dados quantitativos foram submetidos à análise estatística simples, enquanto os dados qualitativos passaram por uma análise temática (DESLANDES, GOMES e MINAYO, 2015). Foram coletadas informações como ano de publicação, área de estudo, amostra estudada, objetivos e principais resultados e conclusão dos estudos.

3 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DESMONTE DA PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

O universo inicial do estudo constituiu-se por 323 artigos que contemplaram os descritores utilizados, dos quais 135 atenderam aos critérios pré-definidos de elegibilidade e foram selecionados para análise. Quanto ao período com maior número de estudos publicados, destacam-se os anos de 2015 (14,1%) e 2019 (14,1%). Durante esse período, foram observados os principais ataques à Legislação Trabalhista e à Proteção Social, consequências da intensificação do processo de contrarreforma do Estado Brasileiro e da crise econômica (LIMA, 2017). A Medida Provisória nº 676/2015 traz mudanças no âmbito da Previdência Social, alterando o teto de contribuição e aposentadoria por idade. Ainda em relação à Previdência Social, a Emenda Constitucional nº 06/2019, popularmente conhecida como “Reforma da Previdência”, altera também o valor das aposentadorias e pensões, e propõe a extinção do Serviço Social. Além disso, houve o corte de 6667.680 benefícios previdenciários desde que a Medida Provisória nº 871/2019 – o “pente fino” – entrou em vigor (BOLETIM ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, janeiro de 2021).

Quanto aos campos de conhecimento, identificou-se 19, sendo a Enfermagem (31,8%) e a Saúde Coletiva (30,4%) as áreas que tiveram a quantidade mais expressiva de publicações, seguidas pela Medicina (8,1%), Ciências da Saúde (5,2%) e Epidemiologia (5,2%). Acerca dos trabalhadores investigados, 23 categorias laborais foram identificadas, dentre as quais a categoria Profissionais da Saúde (28,9%) destacou-se. Além disso, estudos teóricos que utilizaram de amostras documentais para compor a pesquisa foram selecionados, sendo a



segunda amostra mais utilizada (11,8%), seguida de outras categorias como Trabalhadores Afastados (8,1%), Professores (7,4%) e Trabalhadores Rurais (6,7%).

De modo geral, as pesquisas revisadas reconhecem que o cenário da organização e condições de trabalho é caracterizado por elementos como a precarização, instabilidade e terceirização (SOUZA, SALDANHA e MELLO, 2014; RIBEIRO, SABÓIA e SOUZA, 2016; ALMEIDA, SOUZA e PINA, 2018; DIAS et al., 2019). Nesse cenário, a literatura aponta para aspectos como a extensão do ritmo de trabalho, prolongamento da jornada, sobrecarga de trabalho e medidas de segurança inadequadas relacionadas a elevada exposição a riscos e agravos ocupacionais (GRIEP et al., 2013; SILVA et al., 2013; LORO et al., 2016; NAZARIO, CAMPOGARA e DIAS, 2017; PINA, STOTZ e JACKSON FILHO, 2018; SOUZA, ASSUNÇÃO e PIMENTA, 2019; PETARLI et al., 2019).

Dados obtidos através de uma articulação entre o Ministério Público do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho, destacam que um trabalhador morre devido a doença ou acidente ocupacional a cada 15 segundos no mundo. Entre 2012 e 2020, foi observada uma taxa de seis óbitos a cada 100 mil trabalhadores com vínculo empregatício formal no Brasil. Em 2020, já em período pandêmico, houve um aumento de 30% em relação ao ano anterior de auxílio em decorrência de transtornos psicológicos (Basílio, 2021). Esses dados apontam para o constante agravamento da precarização do trabalho no Brasil, sendo que os dados referente aos trabalhadores informais não são considerados nessas estatísticas. Esse cenário ilustra o contexto das configurações do trabalho no Brasil, pautada pela informalidade, flexibilização e terceirização. Essa tríade que marca o trabalho na acumulação flexível do capital, objetiva maior lucratividade e isenção da responsabilidade em relação a força de trabalho, contribuindo para a subproletarização da classe trabalhadora e a concentração de renda nas mãos do capital (LOURENÇO, 2015).

No âmbito da Proteção Social, os dados coletados por esta revisão integrativa, apontaram para a dificuldade de implementação e desconhecimento dos trabalhadores acerca da legislação trabalhista vigente, além de atentarem para a sobrecarga de trabalho e a banalização dos riscos ocupacionais aos quais os trabalhadores estão expostos (CUNHA e



MAURO, 2010; GUIMARÃES et al, 2011; LORO e ZEITOUNE, 2017; NEVES et al, 2011; GALLAS e FONTANA, 2010). Nesse cenário, os estudos indicaram a necessidade de investimento na vigilância em saúde do trabalhador no contexto do SUS e em ações informativas de prevenção e conscientização dos trabalhadores em relação aos riscos e vulnerabilidades relacionadas ao trabalho (SOUZA et al, 2015; GALLAS e FONTANA, 2010). Quanto à reabilitação profissional, os estudos destacaram o sucateamento e desmonte da proteção social e consideraram importante a necessidade de maior integração entre as ações de fiscalização, vigilância e assistência das condições de trabalho e previdência social (MAENO e VILELA, 2010).

Esses dados apontam para o cenário de desmonte das políticas de proteção social, no contexto da contrarreforma do Estado, iniciado nos anos 1990, pautada pela lógica liberal e processo de mundialização da financeirização do capital. Durante o governo Lula-Dilma, houve investimento em políticas assistencialistas, ao mesmo tempo em que se manteve a defesa dos interesses do capital financeiro e industrial, repercutindo no projeto de reforma trabalhista, garantindo assim a intensificação das desigualdades sociais no país (ANTUNES, 2018). Conforme destaca Dowbor (2020, p. 89), “não é novidade, no sistema capitalista, o Estado servir aos interesses dos capitalistas”, e acrescenta que

Com isso, para a sobrevivência de um governo, passa a ser fundamental não quanto ele responde aos interesses da população que o elegeu, e sim se o mercado – ou seja, essencialmente, os interesses financeiros – sente-se suficientemente satisfeito para declará-lo “confiável”. De certa forma, em vez de república, ou seja, res publica, coisa pública, passamos a ter uma res mercatori, coisa do mercado (Idem, p. 90).

O que se observa é uma nova proposta de Estado democrático, pautado na gestão gerencial – ou seja, com o objetivo de administrar os riscos sociais e investir no desenvolvimento econômico –, que pressupõe a governabilidade através da articulação entre esfera pública e privada. No contexto brasileiro, desde o governo de FHC até Lula, o processo de contrarreforma esteve voltado para o empresariamento e refilantropização do enfrentamento das expressões da questão social. As consequências no âmbito das políticas de proteção social são a descentralização, focalização e privatização através da implementação do sistema de



parcerias, além da presença de práticas de mercado no setor público, na qual os direitos sociais são cada vez mais tidos como mercadoria e bem-estar (SIMIONATO e LUZA, 2011). Com a fragilização da democracia no Brasil, observa-se o aumento da exploração da população em intensidade jamais vista antes, em prol dos interesses das grandes corporações. Sob a falsa fachada de necessidade de redução do Estado, este torna-se um instrumento cada vez mais controlador e invasivo.

Ao mundo anestesiado, oferecem-se o conto de fadas do merecimento e da eficiência e a narrativa de que são os ricos que dinamizam a economia. [...] Naturalmente, em última instância, há o porrete para os que não acreditam em contos (DOWBOR, 2020, p. 169).

Depreende-se, portanto, que o cenário do labor na sociedade brasileira contemporânea sofre as consequências do avanço do capital sobre o trabalho, repercutindo em um processo generalizado de precarização não só do trabalho, mas das condições de vida e sobrevivência da classe trabalhadora. Importa destacar também que esse processo se reflete na forma em que o Estado busca responder às expressões da questão social. No caso brasileiro, o que se observa é uma desresponsabilização da esfera pública em garantir os mínimos sociais para a sobrevivência da população, estimulando ações assistencialistas e filantrópicas, a partir das quais os direitos sociais passam a ter caráter de bem-estar, ocultando as conquistas das lutas sociais da classe trabalhadora.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos através da revisão integrativa realizada, possibilitam adensar o debate acerca das temáticas trabalho e proteção social. Observa-se que a produção científica reflete, em certa medida, o panorama material da sociedade brasileira contemporânea, ao passo que os estudos destacam fatores como a precarização do trabalho, flexibilização dos contratos de trabalho, aumento das jornadas laborais e exposição aos riscos e agravos ocupacionais, diminuição dos salários e desmonte da proteção social.

Nos últimos anos, principalmente a partir de 2015, observou-se o acirramento da crise econômica no Brasil, o que trouxe graves consequências para o trabalho. Sob a desculpa de que



o país passa por um período difícil, iniciaram os ataques às legislações trabalhistas, a partir de uma série de medidas, como por exemplo a regulamentação da terceirização, da informalidade e do trabalho intermitente. Concomitante a esses ataques, acelerou-se o processo de desmonte das políticas de proteção social, em especial no âmbito da seguridade social, através do congelamento de gastos públicos e intensificação do processo de terceirização dos serviços públicos pelo sistema de parcerização.

Depreende-se assim que, ao mesmo tempo em que há uma intensificação da precarização do trabalho e das condições de vida da classe trabalhadora, ocasionadas pelo modo de produção capitalista em sua fase de acumulação flexível, há também um projeto societário em curso que promove o desmonte das políticas de proteção social. O Estado burguês assume seu papel de defensor dos interesses do grande capital financeiro, em prol de uma sobrevivência digna daqueles que necessitam vender sua força de trabalho diariamente. Cabe lembrar, no entanto, que a reprodução deste modo de produção depende diretamente da força de trabalho – mercadoria da qual é possível extrair a mais-valia. No entanto, o próprio modo de produção cria um cenário altamente corrosivo para a classe trabalhadora, na qual impera a ideologia liberal que preconiza ações assistencialistas e de ajuda, em detrimento da garantia de direitos sociais e trabalhistas, retirando do estado a responsabilidade em garantir os mínimos para a sobrevivência da população.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Hugo Pinto de; SOUZA, Kátia Reis; PINA, Jose Augusto. **Trabalho e saúde nas lutas dos operários da construção civil do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.** In.: Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 7º ed., v. 43. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000011317>.

ALVES, Giovanni. **Dimensões Dimensões da Reestruturação Produtiva. Ensaios de sociologia do trabalho.** São Paulo: Editora Praxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo; DUCK, Graça. **A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra.** In. : O Social em Questão, ano 18, nº 4. CIDADE: EDITORA, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.



BASÍLIO, Patrícia. **Brasil é o 2º país do G20 em mortalidade por acidente de trabalho.** G1, São Paulo, 01 de maio de 2021. Economia. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/01/brasil-e-2o-pais-do-g20-em-mortalidade-por-acidentes-no-trabalho.ghtml>.

BRASIL. Secretaria de políticas de previdência social. Coordenação-Geral de estatística, demografia e atuária. **Boletim estatístico da Previdência Social.** Brasília, janeiro de 2021. Disponível em: <<https://cutt.ly/wbec9hI>>.

CUNHA, Ana Carina da; MAURO, Maria Yvone Chaves. **Educação Continuada e a Norma Regulamentadora 32: utopia ou realidade na enfermagem?**. In.: Revista brasileira de saúde ocupacional, v. 35, nº 122. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200013>.

DIAS, Midian Oliveira, et al. **Percepção das lideranças de enfermagem sobre a luta contra a precarização das condições de trabalho.** In: Revista da escola de enfermagem da USP, v. 53. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1980-220x2018025503492>.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais.** São Paulo: Edições Sesc, 2020.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. **Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática.** Revista Mineira de Enfermagem, Minas Gerais, v. 18, n. 1, jan/mar, p. 9-11, 2014.

GALLAS, Samanta Rauber; FONTANA, Rosane Teresinha. **Biossegurança e a enfermagem nos cuidados clínicos: contribuições para a saúde do trabalhador.** In.: Revista brasileira de enfermagem, v. 63, nº 5. Brasília, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672010000500015>.

GRIEP, Rosane Härter, et al. **Enfermeiros dos grandes hospitais públicos no Rio de Janeiro: características sociodemográficas e relacionadas ao trabalho.** In.: Revista brasileira de enfermagem, v. 66. Brasília, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000700019>.

GUIMARÃES, Eliete Albano de Azevedo, et al. **Percepção de técnicos de enfermagem sobre o uso de equipamentos de proteção individual em um serviço de urgência.** In.: Revista Ciencia y Enfermería, v. 17, nº 3. Chile, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-95532011000300010>.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo.** Brasília: Temporalis, 2001.



V SIPINF

*Seminário Internacional de Políticas
Públicas, Intersectorialidade e Família:
atravessamentos do neoliberalismo nas
políticas públicas no contexto pandêmico*

LIMA, Daniele Gomes de. **Trabalho e Proteção Social no Brasil.** Tendências e reconfigurações no capitalismo contemporâneo. In.: Revista Direitos, Trabalho e Política Social, v. 3, n° 05. Cuiabá, 2017.

LORO, Marli Maria, et al. **Desvelando situações de risco no contexto de trabalho da Enfermagem em serviços de urgência e emergência.** In.: Revista da Escola Anna Nery, v. 20, n° 4. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20160086>.
_____; ZEITOUNE, Regina Célia Gollner. **Estratégia coletiva de enfrentamento dos riscos ocupacionais de uma equipe de enfermagem.** In: Revista da escola de enfermagem da USP, v. 51. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1980-220x2015027403205>.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores.** In.: Revista Serviço Social e Sociedade, n° 123. São Paulo: Cortez, 2015.

MAENO, Maria; VILELA, Rodolfo Andrade de Gouveia. **Reabilitação profissional no Brasil: elementos para a construção de uma política pública.** In.: Revista brasileira de saúde ocupacional, v. 35, n° 121. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000100010>.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da Economia Política.** Livro 1 - O Processo de Produção do Capital. 10ª. ed. São Paulo, 1985.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WUNSCH, Dolores Sanches. **Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda.** In: Serviço Social e Sociedade, n° 107. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, M.C.S. (Org.); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 34ª ed., 2015.

NAZARIO, Elisa Gomes; CAMPONOGARA, Silviamar; DIAS, Gisele Loise. **Riscos ocupacionais e adesão a precauções-padrão no trabalho de enfermagem em terapia intensiva: percepções de trabalhadores.** In.: Revista brasileira de saúde ocupacional, 7ª ed., v. 42. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000009216>.

NEVES, Heliny Carneiro Cunha, et al. **Segurança da equipe de enfermagem e determinantes da adesão ao equipamento de proteção individual.** In.: Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 19, n°2. Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692011000200018>.

PETARLI, Glenda Blaser, et al. **Exposição ocupacional a agrotóxicos, riscos e práticas de segurança na agricultura familiar em município do estado do Espírito Santo, Brasil.** In.:



V SIPINF

*Seminário Internacional de Políticas
Públicas, Intersetorialidade e Família:
atravessamentos do neoliberalismo nas
políticas públicas no contexto pandêmico*

Revista brasileira de saúde ocupacional, 15^o ed., v. 44. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000030418>.

PINA, José Augusto; STOTZ, Eduardo Navarro; JACKSON FILHO, José Marçal. **Trabalhador “compatível”, fratura exposta no processo de produção da indústria automobilística: intensificação do trabalho e saúde em questão.** In.: Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n^o 7. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00114017>.

RIBEIRO, Crystiane Batista; SABÓIA, Vera Maria; SOUZA, Dayane Knupp de. **Saúde e trabalho de pescadores artesanais da comunidade cassino-rj, Brasil: (in)visibilidade social e luta pelo reconhecimento.** In.: Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, v. 1, n^o 8. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/4188/pdf_1818.

SILVA, Cleyton César Souto, et al. **Percepção da enfermagem sobre condições de trabalho em unidades de saúde da família na Paraíba - Brasil.** In.: Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 15, n^o 1. Goiás, 2013. Disponível em http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-19442013000100024&lng=pt&nrm=iso.

SIMIONATO, Ivete; LUZA, Edinaura. **Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais.** In.: Textos e Contextos, v. 10, n^o 2. Porto Alegre, 2011.

SOUZA, Luís Paulo Souza e; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; PIMENTA, Adriano Marçal. **Fatores associados à obesidade em rodoviários da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.** In.: Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 22. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720190029>.

SOUZA, Fernanda de Oliveira, et al. **Vacinação contra hepatite B e Anti-HBS entre trabalhadores da saúde.** In.: Cadernos de Saúde Coletiva, v. 23, n^o 2. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462X201500020030>.

SOUZA, Thiago Santos de; SALDANHA, Jorge Henrique Santos; MELLO, Ivan Maia de. **As relações de trabalho dos fisioterapeutas na cidade de Salvador, Bahia.** In.: Revista de saúde Ocupacional, v. 23, n^o 4. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000400015>.

WUNSCH, Dolores Sanches; MENDES, Jussara Maria Rosa; MARTINS, Juliana. **Trabalho e previdência social: as lacunas de proteção social na seguridade social.** In.: Argumentum, v. 09, n^o 03. Vitória, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v9i3.16780>.